

Hucam cai nas garras da Ebserh

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), instrumento criado pelo Governo Federal em 2010 para fazer uma espécie de 'privatização' da saúde pública, é realidade no hospital-escola da Ufes. O contrato com a empresa foi assinado pelo reitor Reinaldo Centoducatte no dia 15/04, contrariando a comunidade acadêmica e entidades dos servidores públicos e da saúde.

Desta forma, o reitor segue o projeto de desmonte da saúde do governo Dilma Roussef, do PT, partido que, no governo Fernando Henrique Cardoso, se colocava contra as privatizações. E há muito que o Estado brasileiro vem desrespeitando a autonomia universitária e impondo suas (contra) reformas nas universidades.

Foi assim com o Reuni e agora com a Ebserh, a qual o governo já disse que as universidades terão que aceitar a empresa por bem ou por mal.

Algumas já rejeitaram a privatização dos seus hospitais, mas não foi o caso da Ufes. Centoducatte selou o convênio, utilizando de uma manobra antidemocrática envolvendo até mesmo o próprio Conselho Universitário. O Consuni deu o aval à decisão do reitor dias depois do contrato assinado, em total subserviência à Administração Central.

Tratorada. Na sessão ordinária do Consuni, em 25/04, houve apenas dois votos contrários à Ebserh: Raphael Góes Furtado e Antônio Carlos Santos Cruz, representantes dos docentes e dos técnico-administrativos, respectivamente. Outros representantes dos três setores (técnicos, estudantes e professores) estavam em Brasília participando da Marcha Unificada em defesa da Educação e da Saúde Pública.

A inclusão inesperada do tema na pauta da reunião foi taxada de golpe. "Coroou a intransigência do reitor na



condução desse e outros processos na Ufes. Esse contrato reduz a autonomia universitária, ameaça o caráter público da educação e da saúde. A Ebserh é voltada para o lucro", afirma Raphael Góes. Ele lembrou que o reitor desconsiderou o posicionamento contra a Ebserh de Conselhos Federais de categorias Profis-

sionais, como Serviço Social, Fonoaudiologia, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e de Medicina. De forma apressada, a reitoria nem mesmo esperou o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF), que aponta a inconstitucionalidade da Ebserh.

Perigo à saúde pública: O que será entregue?

Tudo! O patrimônio físico (prédios, equipamentos), humano e financeiro. O Hospital Cassiano Antônio Moraes (Hucam), em Vitória, vai operar na lógica privada, ou seja, primando pela produtividade, pelo cumprimento de metas e por elementos que compõem uma administração empresarial. Tal lógica do lucro está acima do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dupla-porta. Em vez de atender somente de maneira

gratuita, como deve ser todo hospital-escola, a Ebserh permite que usuários de planos de saúde possam ser atendidos.

Quebra do Regime Jurídico Único (RJU). Não haverá concurso público no Hucam, e sim processo seletivo simplificado. Os trabalhadores serão funcionários públicos celetistas.

"A Ebserh institucionalizará diferentes regimes de trabalho. É o desmonte da saúde", critica o presidente da Adufes, José Antônio da

Rocha Pinto.

Autonomia Universitária. Outro docente preocupado com o futuro do Hucam é o professor Rafael Teixeira, do departamento de Serviço Social. Para ele, a Ebserh é uma ameaça à concepção de ensino, pesquisa, extensão, que são base da universidade. "Os Hospitais Universitários (HUs) são referência para os menos favorecidos e essa rede pública de saúde está ameaçada", avisa.

Assembleia Geral da Adufes

Agende-se! Dia 21/05, às 10h, tem Assembleia Geral na sede da Adufes, no campus de Goiabeiras. Entre os pontos previstos para discussão estão os reajustes do Plano da Unimed. Em breve divulgaremos a pauta completa da plenária no site e no boletim semanal Adufes. **Participe!**

Obras do RU do campus de Alegre estão a “passos lentos”

A entrega do prédio prevista para março foi adiada para julho. Enquanto o refeitório não sai, estudantes, professores e técnico-administrativos se viram como podem: fazem as refeições em salas de aulas e, inclusive, no chão.

A universidade continua preparando os alimentos na cozinha do RU antigo, mas as refeições são servidas em marmitex. E os transtornos são muitos. Além da falta de local adequado para as refeições, os frequentadores não contam com talheres e guardanapos. Diariamente são entregues cerca de mil refeições.

“Temos que trazer os utensílios de casa ou esperar o colega terminar a refeição para

pegar os talheres emprestados. É muito constrangedor isso”, reclama a estudante de Engenharia Química, Nathalia Busato, cobrando mais agilidade no andamento da construção.

Adequação do projeto. A universidade alega que a obra parou no final do ano passado para ajustes no projeto original, mas que o RU está saindo do papel. “Tivemos necessidade de quebrar a laje do refeitório, mas em breve a obra será entregue”, garante o diretor do Departamento de Obras e Manutenção da Ufes (DOM), Claudio Zanetti Bonetti.

De acordo com o diretor, o contrato com a Ekos Construtora Ltda foi assinado em 14 de maio de 2012, com o prazo de 300 dias, não cumpridos. A entrega das obras agora é até 03 de julho. O valor inicial do empreendimento - R\$ 1.398.720,89. “O aditivo demo-



Foto: Comunicação Adufes

A conclusão da obra do RU do campus está prevista para julho de 2013.

rou porque o orçamento da União ainda não tinha sido aprovado. Agora o aditivo já foi assinado e as obras recomeçam este mês (maio)”, afirma Zanetti.

Falta de planejamento. Além do RU, a comunidade convive com falta de salas, laboratórios e ainda com ambientes quentes e sem ventilação. “Não há salas

de aulas suficientes e laboratórios. No verão sofremos com o calor, pois nem todas as salas têm ar condicionado ou ventiladores”, denuncia o professor Heberth de Paula, do departamento de Farmácia. Na avaliação dele, todos esses transtornos poderiam ser evitados se a Ufes tivesse planejamento coerente com cada *campi*.

Unidades experimentais sofrem com a falta de RU

Quem precisa se deslocar para as unidades experimentais que ficam distantes do campus do CCA, caso de Rive e São José do Calçado, sofre para se alimentar. Os locais não possuem RU's e nem há entrega de marmitex por parte da universidade.

“Não temos nenhum restaurante ou lanchonete por perto. Levamos comida de casa ou ficamos com fome”, critica a presidente do Centro Acadêmico (CA) e estudante de Medicina Veterinária, Larissa Pim

Calabrez. Rive e São José do Calçado ficam a 8 km e 60 km de Alegre, respectivamente.

“Queremos um RU em Rive ou pelo menos o fornecimento de marmitex. Além disso, sofremos com a carência de transporte intercampi, com o fornecimento de água, de luz e a falta de moradia estudantil. São problemas que precarizam as condições de ensino e dificultam a permanência da comunidade acadêmica nas unidades”, concluiu Larissa.

Adufes sedia Encontro da Regional Leste do Andes-SN

O 84º Encontro da Secretaria Regional Leste começará no dia 17/05 (sexta-feira) com conferência do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) José Miguel Bendoricchio Saldanha e da assessora política do Sindsaudeprev-ES, Lujan Miranda, que falarão sobre “FUNRESP e Direitos Previdenciários”. A palestra será de 18 às 21h, na sede da Adufes, em Goibeiras, e é aberta a todos os docentes.

No sábado, 18/05, será a reunião organizativa da Regional Leste e as respectivas Seções Sindicais (AD's). Na pauta da reunião, haverá informes da Diretoria Regional e das seções sindicais, plano geral de lutas, planos de luta dos setores, avaliação política e demais encaminhamentos. A regional Leste, da qual a Adufes faz parte, é a maior do Andes-SN. Engloba AD's de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Greve contra privatização paralisa atendimento no Hucam

Os servidores do Hospital Universitário Cassiano de Moraes, mais conhecido como Hospital das Clínicas, em Vitória, cruzaram os braços em protesto contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A greve por tempo indeterminado foi iniciada na segunda-feira, 06/05, e suspendeu consultas e exames, com exceção apenas para os atendimentos de programas especiais.

Faixas, panfletagens e até velório com padre rezando missa já marcaram o protesto contra a privatização da unidade. De acordo com Janine Teixeira, diretora do Sindicato dos Trabalhadores (Sintufes) e coordenadora geral da



Técnicos-administrativos da Ufes em assembleia, votam pela greve contra a provatização do Hospital Universitário.

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Público do Brasil (Fasubra), o fim da greve depende só do reitor. “Ele assi-

nou o contrato com a Ebserh por conta própria, então pode suspender sem nenhum problema”, observou Janine, demonstrando revolta com a falta de debate com a comuni-

dade universitária e usuários. Ela lembrou que, além de ferir a autonomia universitária, a Ebserh precariza as relações de trabalho e abre brecha para a privatização do atendimento.

Lista de rejeitados da Ebserh causa constrangimento

O clima entre os trabalhadores do Hucam é de indignação. A universidade divulgou uma lista de mais de 100 trabalhadores que serão remanejados da unidade para outros campi. “Esses terão que sair do hospital porque a Ebserth se nega a ficar com eles. Não há definição de como ficará a situação de cada um e quais os critérios utilizados para montar essa lista”, diz a diretora do Sintufes Janine Teixeira.

Segundo ela, o sindicato protocolou uma pauta de reivindicação na reitoria que contempla a manutenção da jornada atual de trabalho de 30 horas e abertura de debate sobre Ebserh com a comunidade acadêmica. “Fiz concurso para trabalhar para a Ufes e não para uma empresa de lógica privatista”, desa-

bafou uma trabalhadora que pediu para não ter o nome divulgado.

Usuários apreensivos. A aposentada Creuza Maria Ramos, 67 anos, saiu do bairro Vista da Serra, na Serra, para ser atendida no hospital-escola. Segundo ela, uma suspeita de câncer no pâncreas a leva com frequência à unidade. “Tenho medo dessas mudanças que estão vindo por aí. Se o hospital abrir o atendimento para quem tem plano de saúde, nós seremos prejudicados”, ressaltou.

Outro que está temeroso é o aposentado João Ramos, 71 anos. “Venho aqui direto em busca de atendimento. Acho que o hospital precisa de investimento e não ser privatizado”, opinou.

Segundo levantamento



recente feito pela Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, 17 universidades aderiram à Ebserh.

De acordo com dados da Frente, das 32 universidades que têm hospitais universitários, além da Ufes, mais quatro já assinaram contrato com a Ebserh: a Universidade Fede-

ral do PiauÍ (UFPI), a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade de Brasília (UNB). Dessas entidades, os contratos da UNB e em UFTM estão sendo investigados pelo Ministério Público Federal.

Abaixo-assinado pela anulação da Reforma da Previdência segue até 12 de junho

Passe o abaixo-assinado em seu local de trabalho, de estudo. Leve para casa e pegue a assinatura de familiares e amigos.

O sindicato orienta os docentes da ativa e aposentados que se engajem nesta campanha. Todos podem assinar. A Campanha foi prorrogada até 12/06 em todos os setores do serviço público federal. Na Ufes (campus de Goiabeiras), os pontos de coleta estão situados na sede da Adufes, que funciona de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18 horas; e na Associação dos Aposentados da Ufes (Asaufes), das 9 às 16 horas.

Há coleta nos campi de Alegre e São Mateus.

Aprovada no primeiro ano do governo Lula (PT), entre outras maldades, a reforma quebrou a paridade entre ativos e aposentados, aumentou a idade mínima para a aposentadoria e abriu as portas para a privatização da previdência dos servidores públicos. A privatização do sistema veio no ano passado, no governo Dilma Rousseff (PT), com o Funpresp.

A falácia do governo para justificar a criação de mecanismos de privatização da previdência foi alvo de críticas do presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto. “Enquanto aponta a existên-

cia de um suposto déficit na previdência e culpa os servidores por isso, o governo desvia o dinheiro dos investimentos sociais para o pagamento de juros da dívida pública”, ressalta Rocha.

Nascida do processo ilícito “mensalão”, a reforma foi literalmente comprada. O próprio Supremo Tribunal Federal (STF), concluiu que a aprovação em 2003 se deu com o auxílio da compra de votos de parlamentares. A meta da campanha é colher, no mínimo, uma milhão de assinaturas. O resultado será entregue ao Supremo Tribunal Federal – STF, Ministérios da Previdência Social e Planejamento, além do Congresso Nacional.

Sindicato faz atualização de cadastro dos associados

O objetivo é atualizar e-mail, telefone, endereço e demais dados pessoais para que as informações do Sindicato cheguem a todos. É um dos principais meios de comunicação entre a entidade e os associados é a internet. Por isso, os endereços de e-mail precisam também estar sempre em dia. Envie seus dados atualizados para secretaria@adufes.org.br ou, se preferir, acesse o site da Adufes, na guia Associados e preencha o formulário



Inscrições abertas para planos da Tim

Dependendo do número de interessados, a Adufes assinará contrato com a operadora Tim. Para isso é preciso que os associados façam o pré-cadastramento. Envie email para sindicato@adufes.org.br ou ligue para Adufes: 335-2717.



NOTÍCIAS DO JURÍDICO

Juíza condena Ufes a pagar valores de “exercícios anteriores”

No último mês, a universidade foi condenada pela 6ª Vara Federal Cível a pagar um professor valores reconhecidos administrativamente como “exercícios anteriores”. A Ufes alegou, preliminarmente, a ilegitimidade para figurar como parte do processo afirmando que a responsabilidade para a liberação da verba é do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e da União.

A universidade alegou, inclusive que, pelo fato dos valores pretendidos já terem sido reconhecidos administrativamente, a falta de pagamento estaria

limitada à disponibilidade orçamentária. Sendo assim, a ação deveria ser julgada improcedente.

De acordo com a juíza federal Viviany de Paula Arruda, a Ufes possui autonomia financeira e legitimidade plena para efetuar o pagamento de valores referentes aos vencimentos dos servidores. No mérito, a magistrada afirmou que a fixação de diretrizes para a execução orçamentária geral não é impedimento à ampliação de despesas decorrente de condenação judicial.

Esclareceu, ainda, que o pagamento a ser reali-

zado, dependerá, sim, de dotação orçamentária própria e que, em momento algum, deve corresponder a impedimento ao cumprimento da obrigação. Assim, a Juíza acatando os fundamentos apresentados pela Assessoria Jurídica da Adufes determinou que a Universidade pague os valores com correção monetária a partir da data do evento, além de juros de mora a partir da citação, nos termos do artigo 1ª-F, da Lei nº 9.494/97.

É válido lembrar que ainda cabe recurso à sentença pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.